

O colapso dos fatos

The collapse of facts

César Fernando Meurer
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
cfmeurer@yahoo.com.br
<http://lattes.cnpq.br/1092880964040421>

Resumo

A teoria correspondentista da verdade propõe que a verdade de uma sentença depende da correspondência desta a um fato. De acordo com Donald Davidson, não é possível produzir uma semântica satisfatória para fatos e, conseqüentemente, teoria correspondentista é uma proposta sem conteúdo ou ininteligível. Meu objetivo, com o presente artigo, é duplo: oferecer uma apresentação informal dessa crítica de Davidson e expor as linhas mestras da perspectiva que ele considera apropriada para a questão filosófica da verdade. Organizei o texto em quatro partes: na primeira, faço uma rápida caracterização da teoria correspondentista tal como ela foi defendida por Russell e Wittgenstein. Na segunda seção articulo um exemplo concreto que demonstra a estrutura da crítica de Davidson. Na terceira parte comento as possibilidades de defender a teoria correspondentista diante dessa crítica. Por fim, na última parte, indico as linhas mestras da solução que o próprio Davidson propõe para a questão da verdade.

Palavras-chave

Verdade; Correspondência; Davidson; Frege; Argumento da funda.

Abstract

The correspondence theory of truth proposes that the truth of a sentence depends on its correspondence to a fact. According to Donald Davidson, it is not possible to produce an adequate semantics for facts, and, consequently, the correspondence theory of truth is a proposition without content, or unintelligible. My aim in this paper is twofold: to provide an informal presentation of Davidson's critique, and to outline the perspective he considers appropriate towards the philosophical question of truth. I organize the text into four parts: first, I present a quick characterization of the correspondence theory of truth as Russell and Wittgenstein defended it. In the second section, I articulate a concrete example that demonstrates the structure of Davidson's critique. In the third part, I consider the ways a defender of correspondence might respond to Davidson. Finally, I outline Davidson's solution to the philosophical question of truth.

Keywords

Truth; Correspondence; Davidson; Frege; Slingshot argument.

1. Introdução

A teoria correspondentista da verdade (TCV) tem uma longa história. Intuitivamente, faz todo sentido dizer que uma sentença, digamos p , é verdadeira se ela corresponde a um fato, digamos q . A sentença *A neve é branca* é verdadeira se ela corresponde a um fato. Qual fato? O fato de que a neve é branca! Nas primeiras décadas do século XX, Bertrand Russell e Ludwig Wittgenstein articularam filosoficamente essa intuição.

Donald Davidson é um dos críticos mais vigorosos da TCV. Para ele, a noção de correspondência não faz sentido, uma vez que não é possível individuar (/especificar) fatos. Em termos simples, a questão que ele levanta é a seguinte: como apontar individualmente um fato?

Pense comigo: para desempenhar o papel de contraparte não-linguística da sentença verdadeira, como espera a TCV, o fato precisa ser individuado. Logo, a questão de Davidson é importante.

Meu objetivo com o presente artigo é duplo: pretendo detalhar a crítica que Davidson faz à TCV e, também, apresentar as linhas mestras da perspectiva que ele considera apropriada para a questão filosófica da verdade. Estructurei o texto em quatro partes, escritas em resposta às seguintes perguntas: (1) O que dizem os principais defensores da TCV? (2) Qual é a crítica de Davidson à TCV? (3) É possível defender a TCV da crítica davidsoniana? (4) Qual é o tratamento que Davidson sugere para a questão da verdade?

2. A teoria correspondentista da verdade

Em obra publicada no ano de 1912, intitulada *The Problems of Philosophy*, Bertrand Russell (2008) explica que a correspondência é uma relação entre crença e fato. No ato de acreditar, ele diz, nossa mente relaciona o sujeito com objetos numa certa ordem. O resultado é uma unidade complexa, a crença, que se pode analisar em seus componentes. São verdadeiras aquelas crenças que possuem uma contraparte não-linguística, que o autor denomina 'fato'. Fatos são também unidades complexas, mas independentes do sujeito. Tal como as crenças, os fatos são analisáveis em seus componentes. A verdade de uma crença é uma questão de correspondência dos seus constituintes para com os constituintes do fato. Havendo correspondência com um fato, a crença é verdadeira.

Anos mais tarde, em 1918, Russell (2010) retoma a mesma teoria, dessa vez tratando de sublinhar seu caráter atômico. A ideia básica é bastante similar à que mencionei no parágrafo anterior: o mundo contém fatos, que são o que são independentemente do que pensamos, e nossas crenças são ou verdadeiras ou falsas em referência aos fatos. Um fato é uma complexidade objetiva, genuína e analisável em sua estrutura. Os constituintes do fato são todos objetivos e em atenção a eles podemos determinar quais crenças são verdadeiras e quais são falsas.

As crenças se expressam em sentenças, cuja estrutura lógica pode ser analisada. Russell considera as sentenças ou proposições verdadeiras como símbolos para os fatos, dizendo que elas os espelham. Tal espelhamento, quando ocorre, se dá em dois planos: o dos nomes, que são símbolos para as coisas, e o da sentença como um todo, que simboliza o fato. Os fatos, que afirmamos ou negamos com sentenças, são compostos de coisas simples, que designamos por nomes, consideradas suas propriedades e relações.

A defesa mais influente da TCV, encontramos-la no *Tractatus Lógico-Philosophicus*, que Wittgenstein publicou em 1921 (Wittgenstein, 1968). Nele lê-se que o mundo é constituído de objetos simples e subsistentes que se ligam uns aos outros de modo instável. As ligações que subsistem são chamadas 'fatos'. O mundo – a totalidade dos fatos ou estados de coisas que subsistem – é independente do pensamento.

Pensar, Wittgenstein argumenta, é fazer figurações de fatos ou estados de coisas possíveis. Graças à forma lógica podemos comparar as figurações com o afigurado. São verdadeiras as figurações que correspondem ao afigurado. A correspondência consiste em uma coordenação de elementos: as coisas no estado de coisas, por um lado, e as palavras na proposição, por outro. A linguagem, expressão sensível do pensamento, preserva a correspondência do figurado com o afigurado.

Proposições podem ser analisadas em seus elementos constituintes. Essa análise termina por mostrar que a linguagem tem uma forma lógica que tende a ter a forma da realidade. Na terminologia do *Tractatus*, esse aspecto é afirmado como relação isomórfica, entendendo-se com essa expressão que a estrutura da linguagem e a estrutura da realidade se identificam e que, por isso, aquela pode representar esta.

A verdade de uma proposição atômica é logicamente independente das demais. Ela depende tão somente da existência de certo fato atômico. A verificação, nesse nível, considera particularmente os nomes. O nome, conforme a posição que ocupa na proposição, confere o suporte que a proposição necessita para ser verdadeira.

3. A crítica de Donald Davidson

Em 1990, Davidson publicou um longo artigo intitulado *The Structure and Content of Truth*, no qual se lê o seguinte: "se as sentenças verdadeiras correspondem a alguma coisa, tal coisa deve ser o universo como um todo; sendo assim, todas as sentenças verdadeiras correspondem à mesma coisa" (Davidson, 1990, p. 303 – tradução livre).

Para interpretar essa afirmação, precisamos levar em conta dois aportes importantes do legado de Frege: [F1] Termos singulares logicamente equivalentes são correferenciais e intersubstituíveis salva veritate; [F2] Sentenças logicamente equivalentes são correferenciais e intersubstituíveis salva veritate.

Na prática, F1 funciona assim: em uma sentença, você pode substituir expressões que designam o mesmo referente. Considere, por exemplo, as expressões *Rudolf Carnap* e *o autor do livro "Der Logische Aufbau der Welt"*. Elas referem o mesmo indivíduo e podem ser substituídas uma pela outra sem alterar o valor de verdade da sentença. A sentença *Edmund Husserl foi professor de Rudolf Carnap* é verdadeira, assim como é verdadeira a sentença *Edmund Husserl foi professor do autor do livro "Der Logische Aufbau der Welt"*. Essa é a ideia de substituição "salva veritate".

F2, por sua vez, afirma a substituição "salva veritate" de sentenças logicamente equivalentes. A ideia aqui é que certas sentenças inteiras podem ser substituídas por outras com a garantia de que o valor de verdade será preservado. A sentença *Se chove então me molho* é logicamente equivalente à sentença *Se não me molho então não chove*. Também são logicamente equivalentes *Se estudo então passo de ano* e *Não estudo ou passo de ano*. O mesmo para *Respiro se e somente se vivo* e *Se respiro então vivo, e se vivo então respiro*.

De acordo com Davidson, se esses dois aportes [F1 e F2] estão corretos, então a TCV é vazia e ininteligível. O motivo, já mencionado nos parágrafos introdutórios, é a impossibilidade de individuar fatos. Isso fica especialmente claro em um texto de 1999, intitulado *Truth Rehabilitated* [Verdade Reabilitada], no qual ele aponta que

a noção de correspondência seria de alguma ajuda se fossemos capazes de dizer, de um modo *instrutivo*, que fato ou segmento da realidade é o que torna a sentença verdadeira. Ninguém teve êxito nisso. [...] Há boas razões, então, para ser cético em relação à importância da teoria da verdade como correspondência (Davidson, 2005, p. 05-06 – tradução livre; grifo no original).

O que Davidson está apontando é o seguinte: invariavelmente, as tentativas de segmentar a realidade em fatos entram em colapso. No que segue, vou demonstrar esse colapso dos fatos mediante a articulação de um exemplo. Trata-se de uma espécie de exercício lógico-filosófico que compus para ilustrar a crítica de Davidson.

O ponto de partida é o esquema geral da TCV:

(TCV) O enunciado de que p corresponde ao fato de que q .

Primeiro passo: converter esse esquema em um caso concreto:

(1) O enunciado *A Unisinos está situada em São Leopoldo* corresponde ao fato de que a Unisinos está situada em São Leopoldo.

Vou, a partir de agora, aplicar as já mencionadas substituições F1 e F2.

Segundo passo: os termos singulares 'Unisinos' e '2ª melhor universidade privada do Brasil' são correferenciais e intersubstituíveis. Disso segue:

(2) O enunciado *A Unisinos está situada em São Leopoldo* corresponde ao fato de que a 2ª melhor universidade privada do Brasil está situada em São Leopoldo.

Terceiro passo: os termos 'São Leopoldo' e 'cidade gaúcha fundada no dia 25 de julho de 1824' são correferenciais e intersubstituíveis. Logo:

(3) O enunciado *A Unisinos está situada em São Leopoldo* corresponde ao fato de que a 2ª melhor universidade privada do Brasil está situada na cidade gaúcha fundada no dia 25 de julho de 1824.

Quarto passo: as sentenças 'a 2ª melhor universidade privada do Brasil está situada na cidade gaúcha fundada no dia 25 de julho de 1824' e 'a data de fundação da cidade que sedia a 2ª melhor universidade privada do Brasil é 25 de julho de 1824' são logicamente equivalentes e intersubstituíveis. Assim:

(4) O enunciado *A Unisinos está situada em São Leopoldo* corresponde ao fato de que a data de fundação da cidade que sedia a 2ª melhor universidade privada do Brasil é 25 de julho de 1824.

Quinto passo: as expressões 'a data de fundação da cidade gaúcha que sedia a 2ª melhor universidade privada do Brasil é 25 de julho de 1824' e 'a data tal que a cidade gaúcha que sedia a 2ª melhor universidade privada do Brasil foi fundada' são logicamente equivalentes e intersubstituíveis. Logo:

(5) O enunciado *A Unisinos está situada em São Leopoldo* corresponde ao fato de que a data tal que a cidade gaúcha que sedia a 2ª melhor universidade privada do Brasil foi fundada.

Sexto passo: as expressões 'a data tal que a cidade gaúcha que sedia a 2ª melhor universidade privada do Brasil foi fundada' e 'a data tal que nasceu Richard James Oglesby, ex-governador do estado de Illinois' são correferenciais (ambas referem 25 de julho de 1824) e intersubstituíveis. Sendo assim:

(6) O enunciado *A Unisinos está situada em São Leopoldo* corresponde ao fato de que a data de nascimento de Richard James Oglesby, ex-governador do estado de Illinois, é 25 de julho de 1824.

Já é possível enxergar o resultado disso: uma sentença verdadeira corresponde a qualquer fato. Generalizando, todas as sentenças verdadeiras correspondem a todos os fatos ou, se preferir, ao universo como um todo. Esse é o entendimento de Davidson.

A fim de confirmar a plausibilidade do percurso recém apresentado, vou recapitular a evolução das substituições:

(1) São Leopoldo é São Leopoldo.

(2) São Leopoldo é a cidade fundada no dia 25 de julho de 1824.

(3) A data tal que São Leopoldo foi fundada nessa data.

(4) A data tal que Richard James Oglesby nasceu nessa data.

Comentários: (1) é uma sentença de identidade; (2) foi derivada de (1) mediante F1; (3) foi derivada de (2) com F2; (4) foi derivada de (3) com F2.

Essa demonstração exemplifica a crítica que Donald Davidson dirige à TCV. Confirma-se, assim, a impossibilidade de individuar fatos, algo necessário para conferir inteligibilidade à ideia de correspondência.

Evidentemente, a crítica em comento funciona se aceitamos os recursos lógicos F1 e F2. Para compreender essas premissas é voltar para a filosofia de Frege, na qual se lê que qualquer termo que refere de maneira unívoca funciona como nome próprio. Isso vale inclusive para sentenças assertivas completas, cujos referentes são os objetos lógicos o Verdadeiro e o Falso.

Outro ponto é a alegada equivalência lógica, que aí cumpre um papel central (F2). Diz Chateaubriand Filho (2001, p. 143): “A principal questão filosófica sobre estes argumentos, nessa forma mais simplificada, diz respeito à justificação do princípio de que as sentenças logicamente equivalentes têm a mesma denotação, sobre o que muito pouco é dito”. No entendimento do pesquisador brasileiro, “a reivindicação de que a equivalência lógica preserva a denotação, se é para ser admitida como de todo plausível, requer um exame muito mais cuidadoso” (Chateaubriand Filho, 2001, p. 146 – tradução livre).

Essa é, resumidamente, a crítica que Davidson faz à TCV. De acordo com o roteiro mencionado na introdução do artigo, cabe agora perguntar se é possível evitar esse colapso dos fatos e defender a TCV. Esse é o assunto da próxima seção.

4. Para evitar o colapso dos fatos

Vimos, na seção anterior, que a crítica de Davidson à TCV funciona mediante substituições de termos correferenciais e sentenças logicamente equivalentes. Davidson ampara-se em Frege para dizer que tais procedimentos são válidos. A interrogação que se põe, a partir dessa constatação: digamos que esses procedimentos são válidos, há algum modo de evitar o colapso dos fatos?

A resposta de Davidson é negativa. Para ele, a ideia de correspondência é ininteligível e deve ser rejeitada. Não há nada que se possa fazer para corrigi-la. De um ponto de vista lógico-semântico, ela não se sustenta.

Para abordar essa questão por outro ângulo, proponho inverter as coisas. Suponhamos, por um momento, que o raciocínio de Davidson não é válido; que a substituição de idênticos que ele faz não é válida; que ele opera em contextos extensionais e ignora o sentido das expressões, o que é indevido. Vamos supor também que, por conta da invalidade lógica da crítica davidsoniana, seja possível individuar/distinguir fatos de modo tão refinado quanto distinguimos sentenças. Seria isso de alguma utilidade para explicar a verdade das sentenças? Provavelmente não. Motivo: somente as sentenças verdadeiras teriam fatos correspondentes e, nesse caso, “a menos que descubramos outra forma de distinguir os fatos, não podemos aspirar a explicar a verdade recorrendo a eles” (Davidson, 2001, p. 43 – tradução livre). Quer dizer: mencionar o fato ligado à sentença verdadeira seria o mesmo que predicar a verdade da sentença, e nada mais. “Isso poderia chamar-se *teoria da redundância* dos fatos” (Davidson, 2001, p. 43 – tradução livre). Interpreto tal redundância da seguinte forma: se cada fato corresponde a uma única sentença, e se o fato é identificado por meio dessa sentença, dizer que a sentença corresponde ao fato equivale a dizer que a sentença é verdadeira, e nada mais. O exemplo a seguir tenta retratar essa situação hipotética na qual os fatos são especificáveis desse modo:

Sentença 1: A Unisinos está situada em São Leopoldo.

Fato correspondente à sentença 1: A Unisinos está situada em São Leopoldo.

Sentença 2: João tem uma irmã chamada Susana.

Fato correspondente à sentença 2: João tem uma irmã chamada Susana.

Sentença 3: João e Susana são filhos de Maria.

Fato correspondente à sentença 3: João e Susana são filhos de Maria.

As três sentenças são verdadeiras e têm, cada uma, um fato correspondente, especificado de modo inequívoco. Nesse caso, de que maneira o fato explica a verdade da sentença? Não explica. De nada serve recorrer ao fato para explicar a verdade da sentença. É redundante dizer “A sentença ‘A Unisinos está situada em São Leopoldo’ corresponde ao fato de que a Unisinos está situada em São Leopoldo”. Quer dizer: ou descobrimos outra maneira de especificar o fato, que não através da própria sentença, ou ele não cumprirá qualquer papel na explicação da verdade da sentença.

Se a constatação do parágrafo anterior estiver correta, então a relação de correspondência sentença-fato não pode ser um-para-um (cada sentença verdadeira corresponde a um fato especificado inequívocamente). Se for um-para-um, então a teoria aí ancorada perde seu poder explicativo. Devemos poder individuar o fato de outro modo, que não pela própria sentença da qual ele supostamente é a contraparte não-linguística. Quanto à sentença *A Unisinos está situada em São Leopoldo*, precisamos ter condições de especificar com outras palavras o fato que a faz verdadeira.

O ponto a ser notado é que essa requisição, de especificar o fato com palavras diferentes daquelas usadas na sentença, reaviva de algum modo os recursos F1 e F2. A única maneira de dizer o mesmo de distintas maneiras é exatamente usando termos correferenciais, conceitos coextensionais ou, em alguns casos, sentenças logicamente equivalentes. Ora, se admitimos isso então as seguintes duas sentenças correspondem ao mesmo fato:

Sentença 1: A Unisinos está situada em São Leopoldo.

Sentença 2: A Unisinos está situada na cidade gaúcha fundada no dia 25 de julho de 1824.

É correto dizer que elas correspondem ao mesmo fato? Se dissermos que sim, voltamos a um contexto extensional, no qual o argumento do colapso dos fatos ganha força. Se dissermos que não, resvalamos para a já comentada trivialidade/redundância do um-para-um (cada sentença com o seu fato).

Esse beco tem saída? Davidson pensa que não. Nós, admiradores de Frege, talvez nos inclinemos a dizer que as expressões ‘São Leopoldo’ e ‘cidade gaúcha fundada no dia 25 de julho de 1824’ têm a mesma referência, mas sentidos diferentes. Nem todo aquele que usa a expressão ‘São Leopoldo’ está em condições de substituí-la por ‘cidade gaúcha fundada no dia 25 de julho de 1824’.

Quando expressões correferenciais diferem em conteúdo, se diz que elas diferem em intensão. Para salvaguardar a TCV do argumento devastador de Davidson, poderíamos enfatizar que a substituição de expressões deve atender também para o sentido dessas expressões. Poderíamos restringir as coisas de modo a aceitar somente substituições de expressões iguais em extensão e em intensão. Para Davidson, essa estratégia efetivamente dá uma sobrevida para a ideia de correspondência, mas o faz levando-a para um contexto opaco, o que não é uma boa alternativa. Nesse âmbito, a teoria é como que esvaziada; perde sua força explicativa. No final das contas, a situação resultante é a do um-para-um.

O argumento de Davidson não funciona em contextos nos quais a substituição de idênticos é restringida a substituições cointensionais. Se essa restrição é condição necessária para a inteligibilidade da TCV, o preço a pagar é a trivialização. A meu entender, foi por isso que Davidson qualificou a ideia de correspondência como “sem conteúdo”. Se essa interpretação estiver correta, então o autor está dizendo aproximadamente o seguinte: em contextos extensionais a crítica lógico-semântico detalhada na seção anterior mostra que a TCV é ininteligível; em contextos intensionais, onde as substituições F1 e F2 não são permitidas, a TCV é sem conteúdo (/trivial, redundante).

Tal como Quine, Davidson procura evitar os contextos intensionais. Se a TCV tiver que arder no fogo da intensionalidade, é preferível rejeitá-la e apostar em outra perspectiva. Davidson não é um crítico do extensionalismo. O que ele critica é a teoria dos fatos. Se voltarmos a Russell e Wittgenstein, veremos que essa entidade complexa chamada 'fato' foi criada justamente no intuito de conferir plausibilidade à teoria correspondentista da verdade. A esperança de êxito dessa teoria, como vimos, é frustrada em dois sentidos: em contextos extensionais os fatos não se deixam especificar; em contextos intensionais a teoria é como que esvaziada.

Chateaubriand Filho (2002) propôs uma estratégia para salvar TCV da ameaça colapsante. Trata-se de uma solução que combina Frege e Russell do seguinte modo: se a descrição definida ocorre no sujeito da sentença, ela deve receber um tratamento fregeano, ou seja, ser tratada como um nome e ser passível de substituições F1 e F2. Por outro lado, se ela ocorre no predicado da sentença então ela deve ser tratada ao modo russelliano, ou seja, eliminada mediante análise lógica. Qual o resultado dessa combinação? Ela inviabiliza a substituição de expressões correferenciais no predicado da sentença. Para Chateaubriand Filho, isso neutraliza a força devastadora do argumento de Davidson.

Conforme Ruffino (2004), essa estratégia de neutralização sugerida por Chateaubriand Filho não é suficiente. Acertadamente, Ruffino observa que o argumento em exame pode ser reescrito de modo a operar todas as substituições no sujeito da sentença, preservando o predicado. O resultado é essencialmente o mesmo: um colapso.

5. A teoria da verdade de Davidson

Para ter alguma esperança de êxito, a teoria da verdade deve apostar em uma abordagem essencialmente distinta da abordagem correspondentista. Esse é o entendimento de Davidson, para quem "a verdade não é uma propriedade de sentenças; ela é uma relação entre sentenças, falantes e circunstâncias" (DAVIDSON, 2001, p. 43). Para ser exitosa, a teoria da verdade precisa considerar a linguagem, o falante e a circunstância na qual a sentença apareceu. Uma sentença será verdadeira para um falante em uma determinada ocasião. Davidson propõe um esquema que dá forma para essa abordagem.

Cada instância do seguinte esquema será uma verdade acerca da verdade quando se substitui 's' por uma descrição da sentença do inglês e 'p' é substituído por uma sentença que traz as condições sob as quais a sentença descrita é verdadeira: A sentença *s* é verdadeira para um falante *f* em um tempo *t* se e somente se *p* (Davidson, 2001, p. 45 - tradução livre).

Essa proposta foi apresentada pela primeira vez em um artigo do final dos anos 60, intitulado *True to the Facts*. Até o final da carreira, Davidson depositou suas esperanças nesse esquema. De acordo com o autor, ele pode funcionar como um paradigma da verdade na linguagem natural, aproximadamente como o Esquema T de Tarski funciona nas linguagens formalizadas (Meurer, 2013). Para qualquer sentença verdadeira da língua portuguesa (Davidson, claro, toma a língua inglesa como linguagem objeto) deve ser possível afirmar, em ML, uma sentença verdadeira segundo tal esquema. O exemplo a seguir pretende retratá-lo, considerando a língua portuguesa como L:

A sentença *s* é verdadeira (em português) para um falante *f* em um tempo *t* se e somente se *p*.

A sentença *A grama é verde* é verdadeira (em português) para um falante *f* em um tempo *t* se e somente se *p*.

Como reescrever o *definiens*? Davidson oferece duas indicações: "A expressão que substitui 'p' deve conter 'f' e 't' como variáveis livres, a menos que não haja elementos indexicais

em *s*" (Davidson, 2001, p. 45, nota 10). Considerando o nosso exemplo, no qual *s* abrevia uma sentença sem elementos indexicais, essa instrução não se aplica. A segunda indicação do autor diz que "a sentença que substitui '*p*' é a sentença descrita pela expressão que substitui '*s*' se a metalinguagem contém a linguagem objeto; do contrário, ela traduz integralmente essa sentença" (2001, p. 45). Com base nessa indicação, seguimos a exemplificação:

A sentença *A grama é verde* é verdadeira (em português) para um falante *f* em um tempo *t* se e somente se a grama é verde.

Essa é uma instância relativa a uma sentença sem expressões dêiticas ou indexicais. Vejamos agora outro exemplo, que contempla justamente essa situação.

A sentença *Meu vizinho está doente* é verdadeira (em português) para um falante *f* em um tempo *t* se e somente se *p*.

A sentença *Meu vizinho está doente* é verdadeira (em português) para um falante *f* em um tempo *t* se e somente se o vizinho do falante *f* está doente no tempo *t*.

Tal como Tarski, Davidson vê cada instância desse esquema como uma definição parcial da verdade – "uma verdade acerca da verdade". Tal como Tarski, ele entende que a totalidade das sentenças geradas pelo esquema determina a extensão do predicado "é verdadeira". Diferente de Tarski, que aplica o predicado "é verdadeira" a sentenças, Davidson entende que ele relaciona sentenças, falantes e circunstâncias. Por isso ele usa a expressão "predicado de verdade relativizado" (Davidson, 2001, p. 46).

Essa é, em poucas linhas, a proposta de Davidson para a verdade na língua natural. No artigo *True to the Facts* a apresentação dessa proposta tem uma entonação programática. Quer dizer: o autor fala dela não como uma solução, mas como uma perspectiva a ser melhor estudada. Para ter êxito, ela precisa superar diversos obstáculos, dentre os quais Davidson menciona dois: (a) até que ponto podemos tratar a linguagem natural como um sistema formal e, mais que isso, até que ponto o método inspirado em Tarski será eficiente diante de "fenômenos comuns tais como a modificação adverbial, os adjetivos atributivos, o discurso das atitudes proposicionais, da causalidade, da obrigação e todos os demais" (Davidson, 2001, p. 51). (b) Para além da aplicação relativizada a falantes e ocasiões, essa análise deve ser estendida de modo a abarcar sentenças como 'É verdadeiro que está chovendo' (Davidson, 2001, p. 51). Davidson efetivamente levou esse programa adiante, enfrentando essas e outras dificuldades, cuja discussão deixo para outra ocasião.

Referências

- CHATEAUBRIAND FILHO, O. *Logical forms: truth and description*. Campinas: CLE Unicamp, 2001.
- CHATEAUBRIAND FILHO, O. Descriptions: Frege and Russell combined. *Synthese*, v. 130, n. 2, p. 213-226, 2002.
- DAVIDSON, D. True to the facts. In: _____. *Inquiries into truth and interpretation*. 2.ed. New York: Oxford University Press, 2001. p. 37-54.
- DAVIDSON, D. Truth rehabilitated. In: _____. *Truth, language and history*. New York: Oxford University Press, 2005. p. 03-17.
- DAVIDSON, Donald. The structure and content of truth. *The Journal of Philosophy*, v. 87, n. 06, p. 279-328, 1990.
- FREGE, G. Digressões sobre o sentido e a referência. In: _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. Traduzido por Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix & Editora da USP, 1978. p. 106-116. (1978a)

- FREGE, G. Função e conceito. In: _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. Traduzido por Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix & Editora da USP, 1978. p. 33-57. (1978b)
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. Traduzido por Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix & Editora da USP, 1978. p. 61-86. (1978c)
- MEURER, C. Tarski: concepção e definição de verdade. *Problemata*, v. 4, n. 2, p. 170-207, 2013.
- RUFFINO, M. Chateaubriand on the slingshot arguments. *Manuscrito*, v. 27, n. 1, p. 201-209, 2004.
- RUSSELL, Bertrand. *Os problemas da filosofia*. Tradução de Desidério Murcho. Lisboa: Edições 70, 2008.
- RUSSELL, Bertrand. *The philosophy of logical atomism*. London: Routledge Classics, 2010.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. Tradução e apresentação de José Arthur Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional & Editora da USP, 1968.